

A INFORMALIDADE DA FAVELA BRASILEIRA: UM DESENHO URBANO VOLTADO À MORADIA SOCIAL

Ana Rosa Chagas Cavalcanti

TU Delft (Delft University of Technology)

E-mail: a.r.chagascavalcanti@tudelft.nl

Resumo

Este artigo propõe discutir a habitação social de massa no Brasil. Investiga-se um desenho da moradia social que parte do que existe nas favelas, ou seja, das práticas sociais de dentro das favelas, notoriamente as relações de trabalho em um sistema de circulação econômica contemporâneo. O artigo ensaia uma linguagem arquitetônica que parte das práticas sociais a partir de uma revisão sobre como estas se fundem com a linguagem da arquitetura tradicional, e bem como da discussão da porosidade urbana dentro das favelas (tendo como estudo de caso a Grota do Antigo Telégrafo em Maceió). Pretende-se, assim, humanizar as práticas do arquiteto e experimentar novas formas de abordagem do estudo da moradia de massa no Brasil.

Palavras chave: padrões sociais; favela; moradia de massa; desenho urbano; porosidade urbana.

Abstract: The informality of Brazilian slums: urban design aimed at social living

This article discusses social housing for the masses in Brazil. A design method emerges from the practices that exist in the slums. The aim is to understand how the daily practices of favelas' inhabitants can merge with the design of social housing. Especially, the labor practices of the favelas in the contemporary economic systems of circulation. Therefore, this article rehearses an architectural language that emerges from the social practices. There is a review on how social practices can intertwine with the language of traditional architecture and a discussion about urban porosity within the favelas (in a case study of the Grota do Antigo Telégrafo in Maceió). The aim is to

humanize the architects' practices and to experience new methods applied to the design of mass housing in Brazil.

Key words: social patterns; favela; mass housing; urban design; urban porosity.

INTRODUÇÃO

Muito já foi produzido sobre a favela, mas poucos estudos se debruçam em parâmetros para produzir um método de desenho urbano que auxilie o arquiteto a trabalhar dentro dos contextos que já existem ali. A favela tem uma lógica que está fortemente baseada nas relações de trabalho que se escrevem no seu espaço (Cavalcanti, 2009). Um trabalho desenvolvido em 2009 na Favela Sururu de Capote (Maceió, Alagoas) verificou que os becos e o desenho daquela favela eram subordinados à “lógica do sururu” (Cavalcanti, 2009). Naquela favela, o espaço se adapta integralmente ao trabalho dos pescadores. Casas, praças e becos devem auxiliar esta atividade: eles devem fazer passar os pescadores com os moluscos, facilitar a entrega do mesmo na porta das marisqueiras e até se subordinar estrategicamente aos pontos de venda dos moluscos (Cavalcanti, 2009). Ainda, as conchas de sururu são utilizadas algumas vezes para construir a fundação de casas (Cavalcanti, 2009). O espaço é completamente subordinado ao trabalho; o “sururu” sustenta a maioria dos moradores. O trabalho marca a identidade, a estrutura e o desenho do espaço.



Figura 1 - Fotos mostram diversas facetas do trabalho com o sururu na Favela Sururu de Capote.

Fonte: Cavalcanti, A. R. C. (2008)

Com o passar dos anos, a forte subordinação do espaço ao trabalho dos habitantes daquela favela se torna um problema recorrente quando os moradores devem se mudar para conjuntos habitacionais de massa projetados por instituições¹. Como as mulheres geralmente não têm um lugar para tratar o sururu nos conjuntos projetados por arquitetos, elas improvisavam espaços

¹ Houve dois projetos de moradia, sendo o primeiro o Conjunto Virgem dos Pobres em meados de 1970 e o segundo do Minha Casa Minha Vida em meados de 2010.

dentro e fora de suas casas. Em geral, os ex-habitantes das favelas que foram alocados nos conjuntos também reclamam por terem que andar muito até os seus postos de trabalho (seja a lagoa ou seja o antigo ponto de venda do sururu).

A favela estudada é um “*workshop*”, onde se vive e se trabalha. E este conceito de “*workshop*” é vivido também dentro do conjunto habitacional. Só que no conjunto habitacional, a ideia de “*workshop*” não podia se auto incrementar, expandir-se, desaparecer, mover-se ou transformar-se; como acontecia na favela de modo performático, temporário e adaptado às exigências do trabalho daquela comunidade. Assim, com o passar dos anos, foi conseqüente perceber que as pessoas alojadas nos conjuntos habitacionais começaram a quebrar paredes, fazer pontos de venda no pavimento térreo, e mudar esquadrias do edifício. Isto se deu em muitos dos casos visando à adaptação às atividades de trabalho e também às necessidades individuais e coletivas dos moradores do conjunto habitacional (pontos de vendas, mercearias, cabelereiros, manicures). Assim, percebe-se que o trabalho se reflete seja na vivência doméstica dos moradores seja na produção do desenho do espaço.

Com o passar dos anos e pesquisas em outras favelas, verificou-se que o espaço quase sempre se fazia em torno de outras performances também relacionadas ao trabalho. Desde então, a pesquisa se aprofundou em torno das inúmeras práticas dos moradores, e o objetivo se tornou o de comunicar esta arquitetura que emerge em função do trabalho. Assim, espera-se que o “trabalho” das pessoas que moram na favela seja de certo modo reconhecido pelos arquitetos que desejem levar a sério a atividade de projetar moradia social de massa. Especialmente, considerando-se o trabalho em suas diversas formas (principalmente o de subsistência) como um elemento relevante para projetar moradia social.

Em 2009, a relação entre espaço de moradia e trabalho revelou seus aspectos humanos ao invés de se deter no materialismo ou em aspectos de acumulação que lhe são intrínsecos. O trabalho acontece principalmente dentro das casas das favelas (onde a casa se volta a auxiliar atividades geridas pelos moradores), nas atividades cotidianas da família e no aumento das casas, e a adaptação de estruturas existentes para facilitar atividades de trabalho (lojas, mercadinhos, venda de comidas, produtos diversos, serviços). Obviamente, também existem aspectos éticos e morais importantes relacionados à escassez de recursos e ao desprivilégio das relações de poder - como o fato que os moradores das favelas trabalham dois turnos para prover melhores condições de vidas aos membros da família - e bem como aspectos relacionados ao trabalho, que reúne membros de diversas idades e gêneros. Além disso, muitos trabalham no meio formal mas moram nas favelas (informal). Eles devem ser abordados com sensibilidade e cuidado pelos arquitetos, principalmente na questão do direito à moradia salubre e de boa qualidade.

Um dos primeiros aspectos que se percebeu quando se voltou para a arquitetura e seu ensino-foi um sobressalto dos arquitetos quanto à descaracterização dos projetos de moradia

social de massa provocado pelas pessoas. Alguns chamaram a recharacterização dos projetos dos arquitetos de “refavelização” porque com o uso dos moradores a habitação social mudava tanto que parecia, aos olhos dos arquitetos, uma nova favela. Outros criticaram o projeto de moradia de massa de modo uniformizador (Habracken, 1998, Friedman, 1970, Aravena e Iacobelli, 2008; Till et al, 2011), e buscavam atender as particularidades e gostos de quem se muda para a habitação de modo a flexibilizar o desenho da moradia a partir dos recursos do morador (Aravena e Iacobelli 2008, Turner, 1976; Alexander 1985). Além disto, muitas vezes os modelos de habitações sociais predominantes são negados a partir de uma crítica social e política dos sistemas econômicos (Turner 1972, Abrams 1964). A tentativa de responder a estes aspectos (aspectos sociais) quase sempre com uma racionalização técnica do projeto e seus métodos construtivos, com um objeto espacial que parte de pressupostos quantificáveis da gestão do projeto (**número** de habitantes, orçamento, logística, prazo, materiais, dimensões) implica, entre outros fatores, que a arquitetura como disciplina pouco responde aos porquês da mudança do projeto, que são de origem social ligados à relação entre trabalho, moradia e morador.

De fato, alguns arquitetos muitas vezes questionam porque as pessoas começam a vender as suas casas no condomínio para voltar à favela do Sururu. Mais uma vez, o respaldo está na questão do trabalho em relação à favela (desta vez a ausência de renda fixa e constante é fundamental para entender-se que pagar contas de luz e energia se torna difícil mediante carência de recursos). As observações realizadas levam a crer que a favela permite a construção de uma oportunidade de trabalho para um migrante ou um grupo de migrantes do meio rural dentro de seus confins (isto é, ela não é somente uma “cidade dormitório”, mas ela cria condições de trabalho por meio da sua construção e das atividades informais dos moradores).

Estes e outros aspectos também podem identificar que a resposta que a arquitetura provê às necessidades dos desprivilegiados ainda precisa ser elaborada. A necessidade de geração de trabalho dentro da casa da favela, que é ou um meio de trabalho ou um dormitório, precisa ser estudada. O trabalho ainda parece atrair moradores de outros bairros para próximo da favela - como a venda de sururu que atrai pessoas de toda a cidade ou os mercados vizinhos à Grota de Santo Antônio no Jacintinho, que é frequentada por pessoas de todos os bairros de Maceió. Estas práticas, tão importantes para o morador, devem ser pensadas dentro do contexto do projeto da moradia social de massa. Isto porque é preciso entender como as pessoas adaptam suas casas às suas necessidades, como as pessoas vendem as casas porque elas não têm dinheiro para pagar as contas de **água e** eletricidade, como isso tudo envolve o conhecimento do trabalho que é desenvolvido dentro da favela. Ou ainda, como as pessoas se organizam para construir espaços de moradia que possam se adequar ao trabalho e como elas se mobilizam para facilitar práticas de trabalho dentro da favela. Estes são fatores sociais e humanos que podem ser lidos nas práticas cotidianas existentes. Eles partem de um mesmo campo de inquérito, onde a observação do coti-

diano gera respostas acuradas. Estas necessidades não estão além de sobrevivência e do abrigo, mas podem contribuir também para a construção da moradia de modo preocupado com as questões urbanas e sociais da cidade.

Fase 1 – A arquitetura a partir da captura de padrões de função humana e social:

Para tentar unir o desenho da moradia com as práticas de trabalho, o primeiro passo foi o de investigar os livros e os manuais de arquitetura que já foram produzidos, de modo a verificar se as práticas sociais e cotidianas já haviam sido estudadas por outros arquitetos e urbanistas de modo integrado com a disciplina. A hipótese aqui é que a linguagem da arquitetura das favelas deve abraçar as práticas do cotidiano de seus moradores, notadamente no quesito de produção de renda e trabalho. Isto é, uma arquitetura que atenda às demandas econômicas das pessoas e que possa se adaptar às necessidades fundamentais de seus moradores. Assim, defende-se que arquitetura precisa estar de alinhada com estas práticas; que essa linguagem deve ser comunicada ao arquiteto. Não somente de modo indireto como os estudos antropológicos, sociológicos, situacionistas são atualmente utilizados na metodologia do desenho urbano, porque estas disciplinas são estudadas de modo separado. O social pode e deve fazer parte da composição, do DNA do desenho da moradia. Isto é, uma linguagem do cotidiano aplicada ao desenho da moradia, tal como a ergonomia e o cálculo estão para a arquitetura tradicional que se conhece a partir dos estudos do alemão Ernst Neufert (Neufert, 1976), ou nos conceitos “*Ordinatio (ordem), Dispositio (disposição), Eurytmia (euritmia), Symmetria (simetria), Decor, (propriedade) e Distributi (economia)*”, do livro o “Tratado de Arquitetura” de Marcus Vitruvius Pollio. Muitos dos livros fundamentais da arquitetura reconhecem que a questão da arquitetura deve responder de modo humano a um tempo e a uma necessidade, como os estudos de Leon Baptista Alberti em “*l’Architettura de re-aedificatoria*”; em que a arquitetura é regida pelas práxis, pela manualidade e pelos artesãos. A arquitetura de Alberti está ligada com a matéria, à geometria, à perspectiva, aos ornamentos à preocupação com a salubridade; ela tinha um aspecto cósmico e estava ligada à natureza. Em resumo, os padrões matemáticos, geométricos e compositivos da arquitetura são enaltecidos, mas não esmiúçam padrões humanos e sociais do espaço. Por que a qualidade do espaço deve ser medida com critérios mensuráveis, e não partir de fluxos e intensidades do cotidiano das pessoas? Parece contraditório, já que se sabe que é parte da arquitetura se compor de cálculos matemáticos (de conhecimentos de conforto, da estrutura e de materiais e que se transformam em desenho) quanto de responder de modo flexível e criativo às práticas de seus usuários (e estes são difíceis de se traduzir em desenho). Um desenho *crítico* da moradia deve conter tanto a matemática das práticas, o conceito “*descartiano*”, a medição de espaços, a harmonia, a ordem, a práxis, e espaços de conforto (que são tidos como “*óbvios*” e explorados

e aceitos no ensino tradicional de arquitetura), como uma tradução e um gesto em relação aos aspectos sociais e humanos do espaço.

Manuais como os do arquiteto holandês Johan Lenhen que praticou no Brasil o método descrito em seu “Manual do Arquiteto Descalço” (Lenhen, 2004), produziam o espaço pensando nos aspectos humanos, naturais e de conforto, mas não pensavam nos aspectos sociais. A estrutura é a mesma do ensino tradicional de arquitetura, só que com elementos materiais, objetos e práticas diversas. Ainda, o urbanista dinamarquês Jan Gehl no livro “Cidades para as Pessoas” (Gehl, 2010), liga aspectos humanos de conforto e convívio. Ele fala que existe muito interesse em explorar a conexão entre comportamento humano e a forma física do espaço. Ele restaura o humanismo com aspectos espaciais e acredita que objetos determinam o comportamento das pessoas. Na favela, parece ser o oposto: são os comportamentos e as práticas sociais que determinam e constroem o uso e o desenho do espaço (como no exemplo anterior das pessoas que modificaram suas casas para que elas se adequassem às suas práticas).

Outra forma de contemplação das práticas sociais no desenho seria o processo no qual os habitantes formam um grupo capaz de exprimir suas vontades por meio da comunicação com o arquiteto que guia processos de desenho e com autoridades, como no “*advocacy planning*” - da jornalista americana Jane Jacobs (Jacobs, XX). Ela mostrou como a destruição de uma vizinhança nos Estados Unidos inspirava uma iniciativa teórica e prática tangente à arquitetura. Para a análise liberal americana, o desenho urbano pode ser um instrumento de mediação, baseado no poder dos espertos entre diferentes interesses envolvidos: “*the places are dead and useless without the efforts of users*” (Jane Jacobs, 58).²

O humanismo, sobretudo, deve fazer parte do desenho urbano e arquitetônico, como um dia escreveu o arquiteto Christopher Alexander no livro “*Uma linguagem de padrões*” (Alexander, 1977). O espaço de Alexander se dispõe em torno de uma certa matriz na qual a maior parte dos elementos que ele chama de padrões são elementos espaciais (postes, rua, casas) e existe também uma preocupação com grupos de pessoas e fenômenos cotidianos. A questão é que eles assumem um caráter genérico e estéril se aplicados à realidade da favela, isso porque os moradores da favela desenham o espaço imerso em condicionantes sociais; tornando este método pouco compatível com o contexto das favelas sem considerá-los. Estas críticas e observações, mostram a dificuldade de sistematizar práticas sociais para uma linguagem de desenho arquitetônico e urbano. A pesquisa gostaria de ampliar o método de Christopher Alexander porque, apesar de didático, há falta de conexão com o capital social. Principalmente no contexto das favelas, em que estas questões pesam tanto. Assim, revelar as práticas dos habitantes da favela para o meio intelectual e erudito se torna um desafio. Almeja-se um método que não é científico e técnico; mas, mesurável com o coração e a alma.

2 “Os lugares se tornam mortos e inúteis sem os esforços dos usuários”. Tradução da autora. Grifo nosso.

Por que o ensino deve se adaptar às práticas sociais? A extensão dos métodos de arquitetura se deve ao fato de que a arquitetura informal produzida dentro das favelas inclui diversos fatores sociais e econômicos. Imaginemos que a favela é composta de ações complexas e é um espaço que tem tantas funções quanto número de usuários, conforme o arquiteto japonês Kenzo Tange entende os espaços, e que estes usuários são movidos por necessidades que modificam constantemente o espaço, quase que de modo performático. Que estas práticas se tornam muito mais inteligíveis com o estudo do trabalho. E que não são passíveis a caber em um desenho determinista, positivista e tecnocrático; mas sim a partir de suas impressões humanas e sociais. São estas inúmeras funções que constituem o caráter humano e social do espaço da favela, que os arquitetos endereçam com o conceito de arquitetura vigente hoje.

O trabalho das pessoas não deve ser desvalorizado pelos arquitetos. Afinal, as favelas contêm um tecido rico social que é muito precioso para fundamentar o arquiteto. Apesar de suas limitações materiais a economia dos “*slums*”, se torna um ator de relevância mundial (The urban age Project of London School of Economics and Alfred Heerhausen Society, 2011).

Fase 2 – A descoberta de alguns padrões sociais:

Depois de enfatizar os aspectos humanos e sociais do espaço da favela, a intenção foi a de estudar quais são os diversos padrões sociais e cotidianos que acontecem sucessivamente em diversas favelas introduzindo os padrões sociais no método de Alexander. Para alguns autores, os padrões sociais não podem ser considerados mais que um “*render*” da realidade (Lefebvre apud Brenner e Schmidt, 2012), já que as ações sociais se modificam muito frequentemente. Mas como mapear os padrões sociais da favela em um método? Um método que possa ser utilizado pelo arquiteto de modo sólido e consistente, com o passar dos anos, ou com coerência com as questões mais profundas típicas dos espaços informais.

Foram realizadas pesquisas em textos da sociologia e da geografia humana, da macroeconomia e da microeconomia em contextos da informalidade porque estas disciplinas costumavam estudar os padrões humanos, fenômenos comportamentais e hábitos sociais. Assim, esperou-se reportar aos estudos arquitetônicos com coerência. Conseqüentemente, descobriu-se que a geografia humana e a sociologia reconhecem que é muito difícil capturar “padrões sociais” sem um fio condutor (Amartia Sen apud Hubbard & Kitchin, 2004). Desse modo, foram identificados nos padrões que haviam sido recolhidos durante as observações etnográficas na Grotta de Santo Antônio se existiam um critério único de medida das ações humanas. Conseqüentemente, o “trabalho” e a economia gerada pelo trabalho se tornam um aspecto muito interessante para contemplar as ações sociais, já que os padrões que derivam das mesmas são menos imutáveis, pois são condicionados a estruturas menos imprevisíveis do espaço e pela sua relevância no espaço da favela. Assim, decidiu-se por esmiuçar

os padrões do cotidiano que se relacionam ao trabalho porque estes são menos imutáveis e mais creditáveis de serem entendidos e absorvidos por um arquiteto que deseja desenhar a moradia social.

Tendo o “trabalho” como medida única para descrever as ações do cotidiano dos moradores, o objetivo é desenvolver um sistema de padrões cotidianos que ajude o arquiteto a projetar, havendo elementos concretos para basear o projeto da moradia social, e fazer com que o mesmo possa se referir para discutir aspectos relevantes da moradia social no meio intelectual e acadêmico. Este quebra-cabeça dos elementos sociais que desenham a moradia, revela a importância de estudar o “trabalho da favela” para poder endereçar-se a esta questão com mais profundidade.

Foram mapeados um total de onze aspectos relacionados ao trabalho, mas a pesquisa continuou nos quatro anos de doutorado. Alguns são imateriais, como por exemplo os pedreiros da favela que trocam valores e conhecimentos entre favela e campos de construção formal em seu ciclo de trabalho (os pedreiros muitas vezes moram na favela, trabalham em construções formais da cidade e aplicam conhecimentos em prol de suas comunidades e vice-versa). Outros são tangíveis, como as adições e subtrações de espaços da moradia da favela, que são ligadas na maior parte das vezes a abrigar uma atividade para o sustento de uma família ou de um grupo. Ainda, existem formas de “*commodity*” do espaço dentro da favela (aluguel e sistema de propriedades). Ou até mesmo as atividades de trabalho que surgem dentro das favelas (creches, mercadinhos, venda de comidas diversas, ambulantes, igrejas, serviços). A rotina dupla de trabalho dos moradores das favelas é a forma como as instituições e o sistema de trabalho no mundo pós-neoliberal expõem as pessoas do sistema de trabalho e estimulam novas maneiras de lidar com o trabalho e a construção da cidade. Sendo assim, a relevância do trabalho em relação à moradia assumiria que o “direito à moradia” como defende Raquel Rolnik: ou seja, um conjunto de outros “*benefícios como direito ao trabalho, infraestrutura*”.

A relação entre trabalho, cidade e favela deve ser melhor explorada na disciplina tradicional de desenho urbano. Os padrões de desenho urbano que existem dentro da favela estão fortemente ligados ao trabalho de seus moradores. Desse modo, modos alternativos de planejar e desenhar nos contextos existentes e indiscutíveis da favela podem ser criados. Tanto para o desenho da favela, quanto para refletir outros aspectos que ligam o espaço e o trabalho no aspecto intelectual da produção do conhecimento do desenho da moradia social (“*commodity*” na favela, atuação da informalidade, direito à moradia, performatividade dos espaços, rotinas e as suas inscrições no espaço).

As pessoas da favela parecem viver em “um campo de obras do tamanho de uma cidade”. O aspecto do trabalho em relação ao desenho da favela é assim (cíclico, generativo).

Mas não é sempre romântico, como um conhecimento que passa de pai para filho. Ele se estabelece em reais relações do espaço, que são fundamentais para se entender o espaço da favela.

Desse modo, com a dedicação ao desenho e a descrição destes usos (algumas vezes adquiridas durante período de vivência na Grotta de Santo Antônio para realizar a pesquisa), percebeu-se o quanto era fundamental traduzir as práticas do cotidiano relacionadas ao trabalho em padrões socioespaciais de modo a saber projetar um espaço para os habitantes daquela favela, dentro de seu basal, e poder estender a outras favelas brasileiras. Comparando dados com outros estudos etnográficos, a descrição do cotidiano do trabalho em padrões (um sistema de linguagem de desenho que estende o método de Christopher Alexander (Alexander, 1977), ou de Carlos Nelson dos Santos (Santos, 1988) para incluir padrões sociais) pode auxiliar o desenho da moradia social brasileira. Talvez, deva-se considerar o pressuposto que a favela é um “sistema de moradia de massa” (Cavalcanti, 2015) e tornar evidente como o trabalho dos moradores da favela geram padrões comuns que podem ser aplicados no desenho da moradia de massa.

Fase 3 – Definir o desenho por quem e para quem?

O objetivo é endereçar este trabalho aos arquitetos que projetam moradia social de massa. Ou para aqueles arquitetos que desejem intervir dentro dos contextos existentes da favela. E que estes projetos possam abrigar as práticas cotidianas de pessoas que vivem nas favelas, das que são removidas das favelas e das chamadas classe C e D brasileiras.

Não faz mais sentido contestar as favelas como espaços temporários na cidade. Nem ir de encontro com os processos informais que existem nas mesmas. Muitos estudos extensos, profundos e precisos, alguns até mesmo repetitivos, demonstram a dependência do setor formal com o informal, seja de modo global, seja de modo local (Roy & Al Sayad, 2003), assim como a questão da super financeirização da moradia e da habitação como uma mercadoria. Nestes contextos, a cidade formal faz parte da cidade informal e vice-versa (Courrier Unesco, 1985; The urban age Project of London School of Economics and Alfred Herrhausen Society, 2011; Roy & Al Sayad, 2003; Harvey, 2012; Castells, 2006).

Como esta questão se torna cada vez mais clara, a missão do arquiteto, muitas vezes, o chama a ir para as ruas a fim de dialogar com as comunidades. Um processo de pedagogia urbana, que objetiva “educar” a população para uso do espaço da cidade. Mas o que se pode aprender com o conhecimento dos moradores? Por um lado, estes processos atingem uma escala muito pequena de população, ou exigem muito tempo, conscientização e esforço do arquiteto (habilidades em outros domínios disciplinares). Por outro lado, estes processos são bastante relevantes porque as escalas menores do espaço tendem a ser mais humanas, podendo ser capazes de gerar mudanças. Eles parecem ouvir as diversas vozes da cidade, as

peculiaridades do espaço, afiados com as micropolíticas e tendem a ser bastante democráticos. Estes seriam cenários ideais que são repetidos como mantras na cabeça de um arquiteto em contextos contemporâneos.

Contudo, a quantidade de pessoas que mora nas favelas brasileiras torna realista pensar em projetos de habitação dentro das favelas. Em projetar dentro das favelas e melhorar a infraestrutura existente, bem como em saber lidar com os desafios de projetar fora das favelas em situações onde seja inevitável o projeto de moradia para grupos de habitantes que moram em áreas de risco. Os projetos de habitação social dentro e fora das favelas continuam a existir, muitas vezes com financiamentos e direcionamentos advindos de entidades internacionais (Millenium, Onu Habitat, Slums Shakers International), além do enorme fluxo de dinheiro do mercado financeiro especulativo global. Algumas vezes estes requerem que algumas exigências projetuais sejam cumpridas, implicando em um modelo onde o projeto fica subordinado ao dinheiro investido e o conseqüente lucro, o que implica na falta de qualidade da habitação e na sua inserção em terrenos de baixo custo localizados fora da cidade.

Sabe-se que o sistema de restrições (políticas, econômicas, orçamentárias) muitas vezes limita o pensar da habitação social de modo quantitativo. Aconteceu e continua acontecendo deste modo quando se pensa na grande demanda de moradia no Brasil (por exemplo, a ambição do projeto Minha Casa Minha Vida foi a de prover 3,4 milhões de casas até 2014). Este desafio faz pensar em um sistema de desenho urbano que seja capaz de se endereçar à grande parte dos arquitetos, às instituições e às práticas que se dediquem a um planejamento em grande escala e que, ao mesmo tempo, tenha consciência das limitações dos projetos deste tipo, partindo do que existe no espaço da favela.

METODOLOGIA

A metodologia é composta de uma revisão analítica em textos que abordam a informalidade em contextos simbólicos e materiais e também em uma análise de textos e em manuais de arquitetura que tratam da questão da linguagem e padrões arquitetônicos. Esta revisão é cruzada com dados etnográficos colhidos dentro da Favela Sururu de Capote e dentro da Favela Grota de Santo Antônio entre 2009 e 2015. Este corpo de dados compõe a estrutura do artigo, que se debruça em discutir parâmetros de projeto a serem considerados no desenho da moradia de massas a partir do contexto existente das favelas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Desenho

Como abordado na Fase 2 do artigo, geralmente, as práticas sociais são separadas do ensino nos grandes livros de arquitetura (Vitruvius, Alberti, Palladio, Neufert, Le Corbusier). Não existe uma definição clara da contribuição das práticas sociais para o desenho da arquitetura, ou de como os padrões do cotidiano podem estabelecer critérios de desenho da moradia, ou do desenho da cidade. Quando foi na história da arquitetura que um método de desenho esteve integralmente ligado às práticas sociais? Onde as referências que baseassem um projeto partiram de padrões sociais? Onde os padrões sociais foram assumidos de modo integral? Também é abordada a dificuldade de se sistematizar as práticas sociais em um método por meio da geografia, sociologia e política na Fase 3.

A fase da sistematização do desenho dos padrões será finalizada e disposta em uma linguagem a ser desenvolvida em fase posterior. Entretanto, é dada atenção para os seguintes aspectos norteadores. Primeiramente, os aspectos imateriais do trabalho são refletidos por meio da discussão crítica da porosidade urbana brasileira. Também, buscou-se ilustrar a fenomenologia das práticas do trabalho por meio do desenho. A ilustração das ações de trabalho e seu reflexo no espaço ajudaria a capturar a sensibilidade do arquiteto para o aspecto humano da casa e dos espaços vividos na favela. Deste modo, também pode-se distinguir a turva interação entre espaços públicos, privados e compartilhados da favela.

Porosidade dentro e fora das favelas; e nos espaços públicos de todos

“Dobbiamo in queste misure aprire queste aree (favela) (...) aprire la chiusura nelle quale si trovano, che è una chiusura soprattutto ideologica, un chiusura di rifiuto (...) dobbiamo ridare alla città la porosità della città antica”³ (Secchi, 2012: 8’31”-8’57”, grifo nosso)

Afinal, o que é porosidade espacial no contexto brasileiro? Como ela se relaciona com o contexto da favela? Quando um arquiteto pensa na habitação social, certamente lhe vem em mente o projeto. Poucas vezes o desenho da moradia social interage com o desenho urbano. O desenho da moradia social tem muito a ver com o desenho das cidades. Pensar na moradia implica em pensar em uma escala urbana, na reabilitação de edifícios em desuso, em habilitar o centro da cidade para fins de moradia: locais onde postos de trabalho e infraestrutura estejam presentes.

Pensar na “*mixité urbaine*” e “*porosité sociale*”, é contemplar o aspecto da quantidade de pessoas advindas de diferentes estratos sociais na cidade e a troca de valores, conhecimentos,

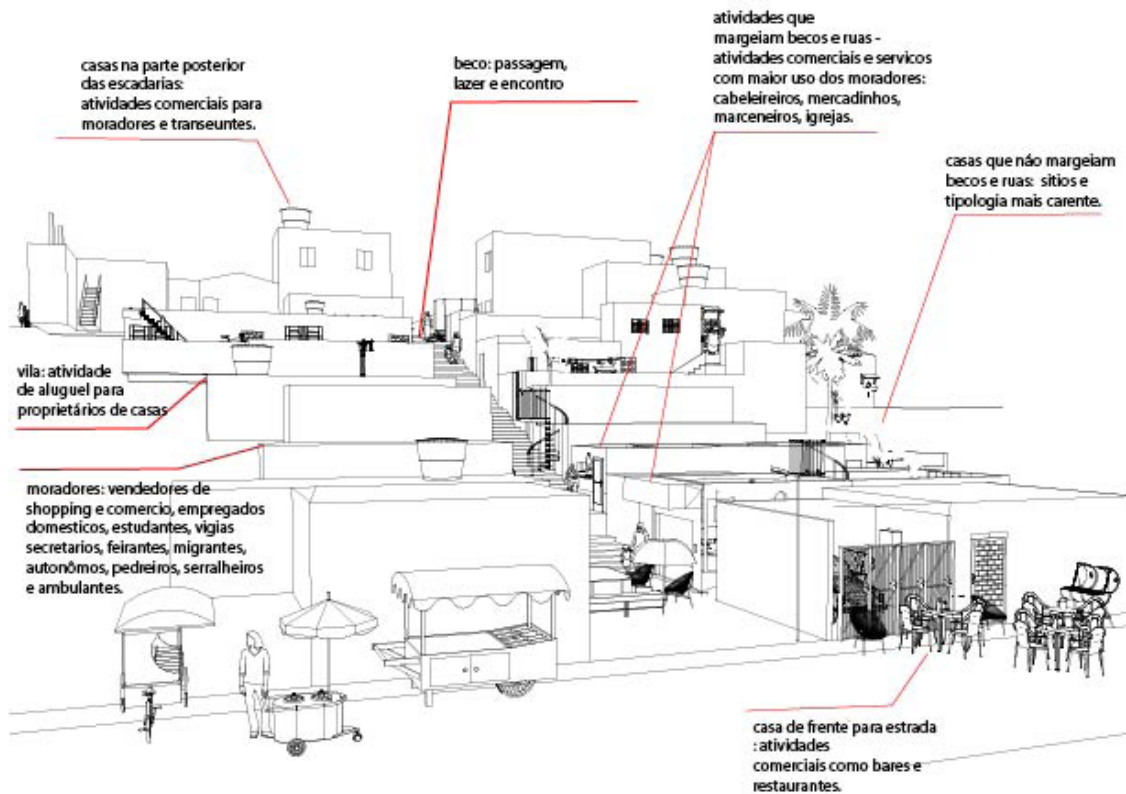
³ “Devemos abrir estas medidas nestas áreas (as favelas). Abrir dos confins em que se encontram, o que é um confim particularmente ideológico, um ato de recusa (...) temos que nos voltar à cidade com a porosidade da cidade antiga” Trad. Da autora. Grifo nosso.

informações e oportunidades entre as mesmas; o que produziria um encontro da diversidade urbana. Assim, pode-se dizer que as *práticas* sociais e cotidianas dos moradores produziram favelas com traçados dotados de uma “*mixité urbaine*” porque comportam muitos mercados e casas no mesmo bloco, como na teoria de Jacques Lucan (2012). Grosso modo, a disposição de edifícios com funções diversas (comercial e moradia) conjuntamente (o que é muito frequente nas favelas) seria uma “*mixité urbaine*”.

Mas as favelas não são um espaço *poroso* exatamente como descrito por Richard Sennett em 2009 e Bernardo Secchi em 2012, quando descrevem cidades europeias e norte-americanas, cujas pessoas de classes distintas frequentam muitos espaços em comum. A porosidade urbana como descrita por Sennett e Secchi trata da humanização dos espaços e dos valores de pessoas de classes sociais e condições diversas a partir do momento em que partilham e convivem em espaços de moradia, lazer, **público** e comércio.

Existe uma distinção entre o espaço poroso dentro e fora dos limites da favela. Ao primeiro olhar, entendemos que somente a classe baixa vive dentro nas favelas. Segundo, que as pessoas que vivem nas favelas não partilham espaços comuns dentro delas com pessoas de outras classes mais privilegiadas. Vale a pena lembrar que ainda não podemos falar de uma migração de pessoas da classe média e alta para dentro das favelas sem comentar que estes dados ainda representam uma parcela da população muito pequena e que muitas vezes isto gera *gentrificação urbana* (como turistas que alugavam hotéis e casas da favela na Copa do Mundo de 2014). Um grande porém é, por exemplo, é o que ocorre com a classe média brasileira que cresceu dentro das favelas. Ela era desprivilegiada e segregada, mas agora convive dentro das favelas com a classe menos privilegiada que não ascendeu. É o que ocorre também com as novas gerações de favelados que adquirem melhores condições de trabalho e educação, como apontam os estudos do IBGE de 2013 e do sociólogo brasileiro Jessé de Sousa (Souza, 2010). Assim, há diversos indícios de que, lentamente, a população se torna mais porosa dentro dos confins da favela, isto é, pessoas que cresceram dentro das favelas e compartilham o espaço de habitação, lazer, comércio e público com aquelas que continuam na margem da pobreza.

Porosidade e Favela Grotta de S. Antônio



21

Figura 2 - Gráfico mostra aspectos porosos da favela.

Fonte: Cavalcanti, A. R. C. (2016)

No contexto brasileiro, a humanização dos espaços ocorre também no ambiente exterior à favela. Um exemplo de fora seria o convívio entre habitantes das favelas e habitantes da cidade formal. Certamente, tal encontro pode provocar tensões, como ocorre com os chamados *rolezinhos*, as manifestações sociais e reivindicações das favelas. De outro modo, as tensões podem ser mais sutis, como a vivência de um mesmo espaço público por classes diversas como ocorre na praia. Todos têm acesso à praia, trocam informações e o lazer é desfrutado de modo igual por todos. O trabalho que existe na praia envolve uma rede de atores formais e informais. Sendo assim, os espaços públicos são de fundamental importância para o desenho da cidade contemporânea, porque é ali que há maior probabilidade de trocas entre pessoas de classes distintas – possibilidades econômicas, mas também lúdicas. Nas favelas, os “farofeiros”, as pessoas que vendem alimentos, os ambulantes, os ônibus lotados nos dias de domingo. No cotidiano, a imagem da praia como território comum.

Por isto, o contexto de dimensões de segregação adquiridas em processos políticos, hierarquias sociais, ideologia, preconceitos e história do contexto brasileiro são tão diferentes do contexto poroso europeu descrito pelos autores anteriormente citados. No contexto brasileiro

alguns espaços que são divididos entre ricos e pobres, entre formais e informais, são uma *história* também de segregação. Talvez, falar de espaços partilhados entre pessoas de classes diversas é falar de práticas de trabalho de habitantes das favelas entre a cidade formal e informal muito mais do que falar de espaços físicos concretos.

Por exemplo a primeira geração de trabalhadores das favelas (domésticas, marceneiros, pedreiros) vive um conceito de porosidade social criada no interior da mesma, quando trabalham na cidade formal e dormem e vivem na cidade informal. Os técnicos de informática, donos de mercadinhos, cabelereiros e manicures da segunda geração também trocaram conhecimentos com estabelecimentos da “cidade formal”. Estas pessoas reproduzem *modus operandi* específicos de resiliência, de experiências de trabalho no meio formal. E isto se reflete nas práticas do espaço e na espacialização das favelas que tendem a repetir práticas da classe média brasileira e vice-versa. Pois bem, a porosidade social contribui, seja para construir as favelas, seja para que a porosidade social se estabeleça entre cidade formal e cidade informal.

Estas *práticas* porosas são difíceis de serem reconhecidas. Como os pedreiros da Grotta de Santo Antônio que aplicavam conhecimentos e técnicas construtivas em suas próprias casas e nas casas da favela em que atuam. Elas podem se refletir nas *práticas* de comércio de valores. Do mesmo modo pode-se dizer que as *práticas* dos pedreiros são cíclicas e absorvem valores da cidade formal e informal. Por exemplo, um pedreiro que nasceu na favela cresce ajudando seu pai, virou servente de pedreiro e depois virou o mestre de obras. Assim, surge um modo poroso de produção de cidade.

Ademais, a cidade pós-neoliberal (Sassen,2014) não oferece muitas condições de trabalho para os que migram para os centros urbanos como ocorria no início do neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, as cidades que mais têm favelas são aquelas que mais oferecem postos de trabalho. Agora, as economias tendem a ser criadas a partir da exclusão do sistema normativo de trabalho e dão margem para o crescimento da economia informal. Como a desigualdade das informações entre as pessoas e o trabalho especializado dominam, a porosidade se torna um valor ainda mais importante para a construção do direito à moradia e à cidade.

A porosidade social é um projeto capaz de traduzir estas ações do cotidiano, e também é capaz de inventar um projeto da moradia social que abrigue, seja a classe baixa, média, e a mais privilegiada. Isto deve perpassar questões sociais e políticas relevantes e talvez questionar a arquitetura da moradia social como um gesto político que rompe com certas limitações ideológicas.

A porosidade social molda valores nas cidades, principalmente nos espaços públicos, não obstante a sua desigualdade. Portanto, os espaços públicos têm um papel significativo na base de arquitetura e planejamento dos assentamentos informais porque promovem valores diferentes, sociedades e modos criativos de planejamento e habitação. É importante tentar

encontrar novas formas de tornar a habitação para todos um direito básico. Isto exige tal dinâmica na vida cotidiana, como um projeto político na sociedade atual e como um lugar para quebrar a individualização. É sob esse guarda-chuva de argumentos críticos sobre a arquitetura dos assentamentos informais que é percebida a necessidade de tentar resolver os limites atuais para arquitetos que pretendem trabalhar dentro das configurações existentes de assentamentos informais.

A favela e a porosidade, proposição de desenho urbano com porosidade social:

23

Abaixo, alguns *padrões* que abraçam os conceitos de moradia e trabalho de modo poroso, dentro da favela. A escolha do desenho como modo de *representação* dos *padrões* se deve ao fato que esta ferramenta se adequa às linguagens da disciplina de desenho urbano e facilita a compreensão dos aspectos sociais em relação ao desenho da arquitetura.

Vida doméstica e atividades comerciais e de serviço 1.1 Janela ou parte frontal da casa



Figura 3 – Gráfico mostra relação entre trabalho e desenho da moradia: janelas para uso comercial e de serviço no beco.

Fonte: Cavalcanti, A. R C. (2016).

Vida doméstica e atividades comerciais 1.2 Parte frontal da casa vira salão de beleza



24

Figura 4 - Gráfico mostra relação entre trabalho e desenho da moradia – exemplo adaptação da casa a usos comercial e de serviço no beco.

Fonte: Cavalcanti, A. R C. (2016).

Vida doméstica e atividades comerciais Partes frontais da casa e da rua viram bar e restaurante

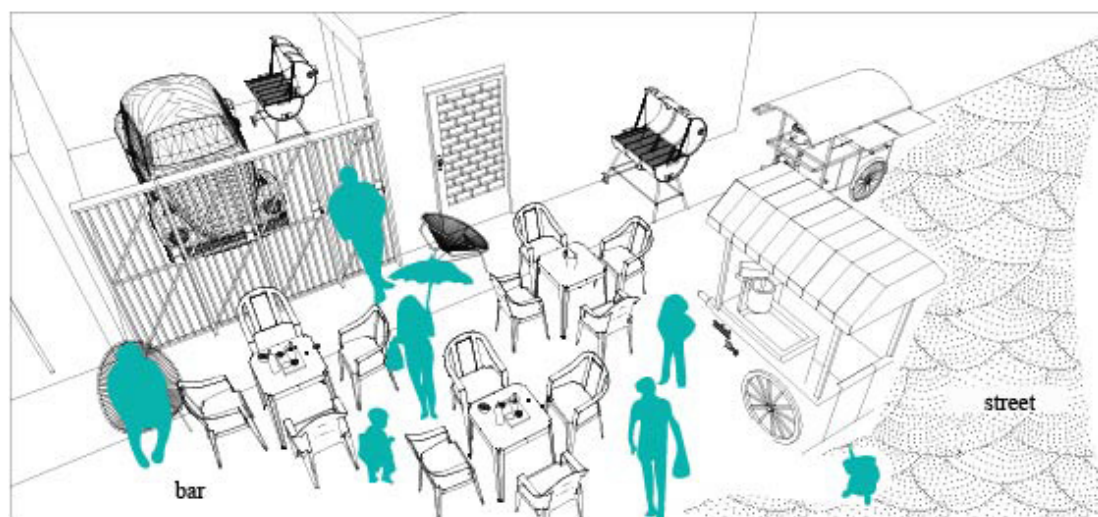


Figura 5- Gráfico mostra relação entre trabalho e desenho da moradia –exemplo adaptação da casa a usos comercial e de serviço no beco. Cavalcanti, 2016.

Fonte: Cavalcanti, A. R C. (2016).

Trabalho e desenho da moradia

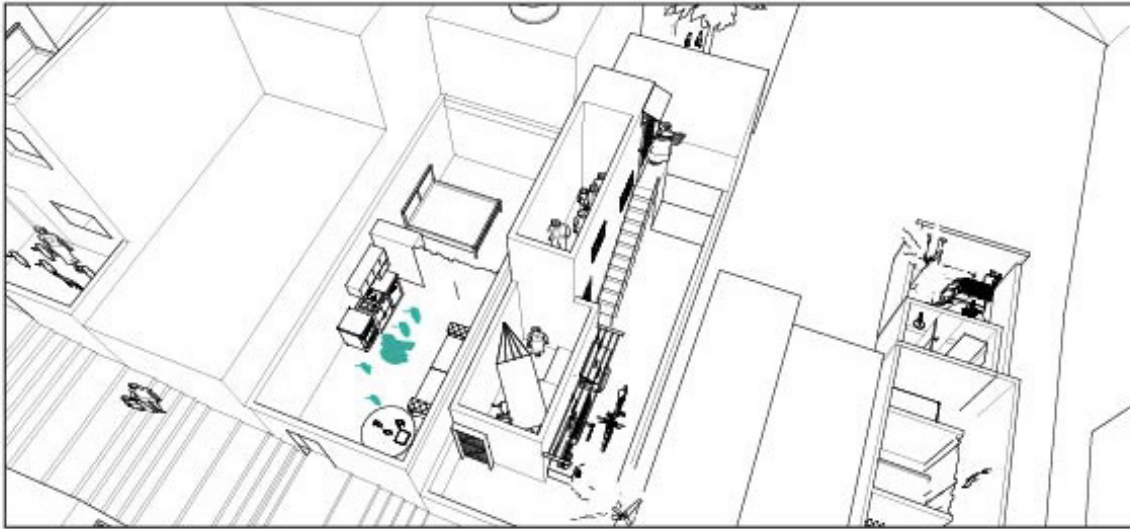


Figura 6 - Gráfico mostra desenho de moradias. Cavalcanti, 2016.
Fonte: Cavalcanti, A. R C. (2016).

CONCLUSÕES

A porosidade surge de contextos sociais específicos. Ela também humaniza espaços: compatibiliza e amortiza desigualdades a partir da experiência da diversidade de realidades que a cidade oferece. No contexto brasileiro, ela inclui segregação e desigualdade, afina práticas da cidade formal com as da cidade informal e existe de modo particular dentro das favelas. Aqui, buscou-se organizar algumas destas descobertas em *padrões* que demonstram ao arquiteto como certas práticas sociais do trabalho se difundem no desenho urbano e moradia por meio de desenhos.

Como conclusões deste artigo baseado em estudos etnográficos e revisões literárias, observa-se que a porosidade brasileira tem características específicas, processos históricos, culturais, *ideológicos* e sociais que se refletem no desenho da cidade. Foram identificados 3 tipos de porosidade relativa ao morar na favela. A primeira se refere ao encontro da classe B, C e D dentro da favela. A segunda, em padrões de consumo e práticas distintas dentro das favelas (feiras, compras, preferências, emprego, estudo). E a terceira ocorre fora da favela: em ambientes de trabalho (valores trocados entre viver no formal e dormir no informal) e nos espaços públicos como em praias, shopping-centers e ambientes comerciais, como feiras.

Por fim, a porosidade parece abraçar ambas as dinâmicas formais e informais com acuidade sensível às práticas de seus moradores. A cidade aberta assimila que a favela é um espaço indiscutível das cidades brasileiras e seu caráter de moradia informal deve ser entendido por políticas habitacionais que abordem estes espaços a partir de suas **lógicas** internas. Esta porosidade pode ajudar a entender o projeto da moradia de modo humano, além dos confins de preconceito e ideologias que separam a cidade formal da informal. Atividades para o desenho urbano que contribuam para a construção de uma cidade mais democrática e aberta a todos.

REFERÊNCIAS

- Abrams, Charles (1964). *Housing in the Modern World*. London: Faber and Faber.
- Alberti, Leon Baptista (1966). *L'architettura de re aedificatoria*. Traduzione a cura de Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo.
- Alexander, Cristopher; Ishikawa, Sara; Silverstein, Murray; Jacobson, Max; Angel Shlomo (2013). *Uma linguagem de padrões*. Porto Alegre: Bookman. Traduzido da versão original, (1977).
- Alexander, Cristopher et all (1985). *A production of houses*. New York: Oxford University Press.
- Aravena, Alejandro and Andrés Iacobelli (2008). Housing as an Investment. Not a social expense. In: *Urban Transformations*. (2008). Berlin: Ruby Press.
- Brenner, Neil (2012). *Implosions Explosions: towards a planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2012
- Castells, Manuel, and Géraldine Pflieger (2006). *De La Ville Aux Réseaux: Dialogues Avec Manuel Castells*. Lausanne: Presses Polytechniques Et Universitaires Romandes.
- Cavalcanti, Ana Rosa Chagas (2009). *Dos calejados pés, os passos dos filhos de mãe lagoa. A invenção do espaço a partir dos ritos de sururu*. (Trabalho Final de Graduação). UFAL: Maceió, Brasil.
- Cavalcanti, Ana Rosa Chagas (2015, Outubro, 22). Pourquoi ne parvenons-nous pas à étudier les favelas comme un authentique système de logement social ? Retirado de: <https://www.autres-bresils.net/Pourquoi-ne-parvenons-nous-pas-a-etudier-les-favelas-comme-un-systeme>
- Habraken, John (1988). *The structure of the ordinary: form and control in the built environment*. Cambridge (US): MIT Press.
- Hubbard, Phil, Rob Kitchin, and Gill Valentine (2004). *Key Thinkers on Space and Place*. London: Sage.
- IBGE. (2013, Setembro, 4). *Habitacões subnormais*. Retirado de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm
- Friedman, Yona (1970). *L'architecture mobile vers une cité conçue par ces habitants*. Paris: Casterman.
- Gehl, Jan (2010). *Cities for people*. Washington: Island Press.

- Lucan, Jacques. 2. (2012, Setembro, 3). *Formes urbaines et mixité : Historique de l'évolution de la forme urbaine - Jacques Lucan*. Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=lg7Cbt9P7Bc>
- Harvey, David (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso.
- Jacobs, Jane (1961). *The death and life of great American Cities*. New York: Vintage Books.
- Tange Kenzo (1985). *Architecture and the city*. Paris: UNESCO – The United Nations Educational/Scientific and Cultural Organization.
- Le Corbusier (1993). *A carta de Atenas*. São Paulo: Edusp.
- Lenhen, Johan van (2004). *O manual do Arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.
- Neufert, Ernst; Neufert Peter (1976). *A Arte de Projetar em Arquitetura*. São Paulo: GG Brasil, 2004.
- Palladio, Andrea (2014). *I quattro libri di architettura*. A cura di Claudio Pierini. Verona: Cierre Grafica.
- Rolnik, Raquel. (Sem data de publicação/ Acesso em 12 abril de 2016). *Direito à moradia*. Retirado de: http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt
- Roy, Ananya; Alsayyad Nesar (eds). (2003). *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America and South Asia*. Oxford: Lexington Books.
- Sassen, Saskia. (2014, Outubro, 16). "Saskia Sassen - O novo sistema". Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=CyrpNj2OQYQ>
- Santos, Carlos Nelson F. dos. (1988). *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. EDUFF; São Paulo: Projeto.
- Secchi, Bernardo (2013). *La citta dei ricci e la citta dei poveri*. Bari: Gius. Laterza & Figli Spa,.
- Secchi, Bernardo. (2010, **Julho, 6**). *A cidade informal no século 21 – Bernardo Secchi*. Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=STeDDmRW8Lo>
- Sennett, Richard. (2011) *Boundaries and Borders*. The urban age Project of London School of Economics and Alfred Herhausen Society. *Living in the Endless city*. London:Phaidon.
- Sennett, Richard. (2015, Novembro, 2015) The world wants more porous cities so why don't we build them. Retrived from: <https://www.theguardian.com/cities/2015/nov/27/delhi-electronic-market-urbanist-dream>
- Sousa, Jessé (2011). A parte de baixo da sociedade brasileira. Em: *Revista Interesse Nacional* v.14, p. 33-41.
- Till, Jeremy et all (2011). *Spatial Agency: other ways of doing architecture*. New York: Routledge.
- The urban age Project of London School of Economics and Alfred Herhausen Society (2011). *Living in the Endless city*. London:Phaidon.
- Turner, John (1972). *Freedom to build*. New York: Collier Macmillian.

Turner, John (1976). *Housing by People*. London: Marion Boyars Publishers.

Vitruvius, Marco P. (2007). *Tratado de Arquitetura*. Tradução do latim de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Editora.

Unesco Courier. (1985). *The urban Explosion*. Paris: UNESCO – The United Nations Educational/Scientific and Cultural Organization.

Recebido: 30/04/2016

Aceito: 12/08/2016